

Arielismo e liberalismo nos escritos de viagem de Miguel Cané e Oliveira Lima

Fábio Muruci dos Santos*

Resumo: Este artigo examina livros de viagem escritos por dois diplomatas sul-americanos no final do século XIX e início do XX, o argentino Miguel Cané e o brasileiro Manuel de Oliveira Lima. Viajando pelo Caribe, Colômbia e Venezuela, eles produziram artigos e narrativas sobre questões locais e propuseram interpretações da história latino-americana como um todo. Ambos consideravam a disseminação do igualitarismo político como a origem da instabilidade política do continente, argumentando a favor da recuperação de valores aristocráticos. Compartilhavam alguns dos princípios do imaginário *arielistas*, amplamente disseminado pela América Latina na época, defendendo um liberalismo moderado, praticado por elites modernizadoras, e um sistema político seletivo como soluções para a instabilidade crônica das regiões que visitaram.

Palavras-chave: Miguel Cané. Oliveira Lima. Escritos de viagem. Arielismo. Liberalismo.

A difusão das ideias *arielistas* foi um dos movimentos culturais que permitiram alguma integração entre a vida intelectual do Brasil com a América de fala espanhola na virada do século XIX para o

* Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: fmuruci@yahoo.com.br

XX, regiões que, frequentemente, seguem trajetórias bastante desconectadas, embora as referências e matrizes intelectuais em comum sejam muitas. O quadro de transformações caracterizado pela crescente onda imigratória europeia nos países meridionais, maior integração econômica e cultural com a Europa, urbanização acelerada e, principalmente, agitação política causada por movimentos de questionamento dos sistemas oligárquicos de governo construídos no final do século XIX, estimulava toda uma reflexão sobre a reconstrução das ordens políticas nos países considerados como politicamente mais estabilizados. Em outras regiões, ao contrário, essa mesma ordem ainda era apenas um objeto de desejo de muitos reformistas confrontados com os conflitos civis e golpes militares intermitentes.

Ameaçadas pela modernização acelerada, ou ainda desejando alcançá-la, elites políticas e intelectuais de diversos países se mostraram receptivas à entrada de ideias de teor “aristocratizante”, defendendo a necessidade de limitar os supostos excessos das demandas democráticas das massas urbanas e rurais, ao mesmo tempo em que anteviam um modelo de ordem que atenuasse a instabilidade política crônica do continente. Sua perspectiva histórica era a de que as “paixões” políticas, impulsionadas por um idealismo excessivo ou estimuladas pelo oportunismo de demagogos, que usavam a retórica igualitarista para manipular as massas, haviam impedido a estabilidade institucional e o desenvolvimento do continente desde as lutas de independência. Atraídos pelas ideias positivistas ou pela perspectiva de uma aristocracia espiritual nos moldes *renanianos*, desejaram canalizar o exercício do poder para círculos restritos de homens públicos de alta virtude política e refinamento cultural, já existentes ou ainda a serem formados por uma educação adequada. Em alguns casos, surgiu o desejo de uma espécie de tirania virtuosa ou chefe condutor que guiasse as nações para fora do caos.

Traços dessas ideias estão presentes em autores brasileiros diversos, como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Eduardo Prado e,

igualmente, em incontáveis escritores de países hispano-americanos do período (PAMPLONA, 1995). Em muitos casos, a semelhança de ideias foi mais estimulada pela leitura dos mesmos mestres franceses que apaixonaram toda essa geração, como Ernest Renan e Hippolyte Taine, do que pelo intercâmbio entre o Brasil e a América Hispânica; existente, porém, reduzido. Mas, no caso específico de autores que tiveram experiência diplomática no continente ou larga experiência de viagens, as oportunidades de contato direto e observação dos contextos locais eram mais numerosas.

Pretendemos explorar alguns desses aspectos em dois livros que mesclam narrativa de viagem, comentários sobre temas do momento em que foram escritos e esboços de interpretação histórica escritos por dois homens públicos com passagens pelo serviço diplomático de seus respectivos países e que compartilhavam uma série de pontos de vista em comum: o brasileiro Manuel de Oliveira Lima e o argentino, de naturalidade uruguaia, Miguel Cané. Ambos fizeram suas viagens como parte de suas obrigações diplomáticas, embora incluam nelas considerável quantidade de vida social, trabalho de pesquisa e, no caso particular de Cané, certa dose de aventura, atravessando rios com crocodilos e subindo montanhas. Neste artigo, procuraremos nos concentrar particularmente nos comentários que ambos os autores fizeram sobre a região caribenha e andina, incluindo as Antilhas, Venezuela e Colômbia, mas tendo como perspectiva que eles são pontos de partida para uma reflexão maior sobre a história e o futuro da América Latina como um todo.

A observação de regiões em situação de conflito racial e instabilidade política acentuada serviu, para os dois viajantes, como um laboratório para o aperfeiçoamento das interpretações históricas que desenvolveram sobre seus respectivos países. Nesse sentido, há nesses trabalhos uma geografia política comparativa, usada pelos autores em todos os momentos. Lima identifica sinais do Brasil nos lugares que visita e Cané faz o mesmo com relação à Argentina. Só que suas perspectivas são diversas, fruto da avaliação que fizeram da situação de seus países no momento em que escreviam. Apesar

dessas particularidades, acreditamos haver uma base de ideias em comum nos dois autores que pode estimular algumas reflexões sobre a trajetória do liberalismo na América Latina e de suas relações como o imaginário arielista.

Miguel Cané

Miguel Cané (1851-1905) escreveu seu livro de viagens em um momento de intenso entusiasmo com os feitos políticos e econômicos da Argentina. Na década de 1880, havia uma crença difundida na elite governante de que a contínua agitação política que dilacerara o país pela maior parte do século XIX estava superada. O período foi fortemente marcado pelo *roquismo*, referente ao governo de Julio Roca, no qual um tema dominante da propaganda governamental foi a conclamação pela superação das paixões políticas do passado em favor de uma busca disciplinada do progresso material e da ordem, projeto caracterizado por uma modernização guiada por elites laicas e cosmopolitas, um sistema político restritivo e adverso ao movimento das multidões e pela reforma nacional através da imigração europeia maciça. A geração de intelectuais conhecida na Argentina como *generación del 80* (Eduardo Wilde; Lucio V. Lopez; Paul Groussac etc.) contava com expressivo número de jovens com ideias reformadoras de teor positivista, que compartilharam dessa promessa de ordem e desenvolvimento hierarquicamente conduzidos. Durante cerca de três décadas, tiveram expressiva influência na vida política argentina, ocupando cargos públicos de diversos tipos. Mas seu pensamento estava, igualmente, carregado de elementos característicos do arielismo, como o horror à homogeneização social e cultural e o apelo pela formação de uma classe política com valores republicanos de perfil clássico com formação humanista, qualidade muito valorizada pela perspectiva arielista em geral (ROMERO, 1998).

Cané foi contemporâneo dessa geração e também ocupou diversas funções políticas, tendo sido eleito Senador e ocupado cargos diplomáticos na América do Sul e Europa. Foi também decano da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. Seus ideais políticos oscilavam entre o entusiasmo pela modernização econômica e certa nostalgia pelo respeito natural entre elites e comandados, presente em épocas passadas. Ao confrontar os tumultos políticos gerados pela imigração maciça e pelos movimentos antioligárquicos da virada do século, o autor expressou anseios arielistas pelos princípios perdidos de harmonia e totalidade da Grécia clássica. Rejeitou enfaticamente as propostas de expansão da participação política das massas de imigrantes, continuando a defender a permanência no poder das elites tradicionais que formaram a “ordem conservadora” do período roquista. Porém, não deveria se tratar de uma casta fechada, e sim de uma elite aberta à incorporação de homens de talento e cultura.

Assim, Cané defendeu a necessidade de uma política educacional e cultural que preparasse a boa qualidade das novas gerações que iriam suceder a elite dominante e a criação de espaços de sociabilidade para a formação de hábitos elevados de civilidade. Com esse objetivo, veio a trabalhar, em anos posteriores, para que os cursos de humanidades da Universidade de Buenos Aires fossem direcionados para a formação e moralização das elites dirigentes do país. Também foi um dos criadores do Museu Nacional de Belas Artes, visando à educação cultural das elites. Segundo Oscar Terán, obteve pouco sucesso em ambos os objetivos. Decepcionado, observou que os filhos da elite portenha não atendiam aos cursos da universidade e que o museu recebia pouca atenção, seja das oligarquias tradicionais, seja das classes urbanas emergentes. Em seus últimos anos, demonstrou sinais de pessimismo com relação ao comportamento das novas elites e temor pelas transformações que a modernização estava operando no país, manifestando nostalgia mais intensa pela sociedade oligárquica do passado (TERÁN, 2000). Mas, nos anos 1880, seu otimismo ainda estava alto.

Em sua geografia de viajante comparatista, a região caribenha apresentava diversos dos males que haviam atormentado o passado argentino, os quais, agora, acreditava estarem superados, como um “sonho ruim” que acaba:

¿Qué extranjero podrá creer, al encontrarse en el seno de la culta Buenos Aires, en medio de la actividad febril del comercio y de todos los halagos del arte, que en 1820 los caudillos semibárbaros ataban sus potros en las rejas de la plaza de Mayo, o que en 1840 nuestras madres eran vilmente insultadas al salir de las iglesias? (CANÉ, 1994, p. 39-40).

Sua análise segue a perspectiva dominante na historiografia liberal argentina oitocentista ao apontar o enfraquecimento do papel das elites “aristocráticas” ou “patricias” urbanas diante das massas rurais e caudilhos durante as lutas de independência como a origem da instabilidade política que assolou o continente por todo o século XIX e continuava assolando algumas regiões. No entanto, esse passado estava inteiramente superado na Argentina, o que considerava um dos maiores feitos que qualquer nação poderia apresentar em tão curto espaço de tempo. Por isso, sua mensagem sobre os países que visitava podia ser otimista ou não, sempre em comparação com a trajetória do seu próprio país.

Cané relata em seu livro *En viaje*, viagens realizadas durante o período em que exerceu a representação diplomática do governo argentino na Venezuela e na Colômbia. O livro, publicado em 1884, é uma narrativa propriamente dita, incluindo detalhes sobre as personalidades que encontrou, os hotéis em que esteve e diversos episódios curiosos, típicos de uma narrativa de entretenimento. O texto, porém, é pontuado por vários comentários sobre a vida política e a história dos países visitados. Vindo da Europa, atravessa as Antilhas, as quais estariam afundadas em todos os males que haviam incendiado a Argentina no passado, não havendo grandes sinais de que soluções estivessem à vista. No caminho para a

Venezuela, Cané tem uma breve parada na Martinica francesa, onde a presença das relações entre brancos e negros domina seus comentários. O quadro do momento é marcado pelos efeitos da rebelião de negros de 1870 e a implantação da Terceira República na França, a qual, embora mantendo o domínio colonial, estabeleceu a representação da ilha da Assembleia Nacional. Cané observa com sombria expectativa o que considera como os resultados de um republicanismo mal-concebido, que estimulará um senso de igualdade para o qual os negros não estariam preparados:

Los blancos, descendientes de los señores feudales del pasado, dueños de las capitales, de la fuerza inicial, de la cultura, pretendieron dirigir la masa oscura y tratarla, poco más o menos, como en nuestras pampas trata el estanciero a los gauchos, en todo lo que a política se refiere. Pero fue entonces cuando apareció el gremio terrible de los mulatos, zambos y cuarterones, herederos de los malos instintos de las dos razas que representan, y habiendo bebido en las escuelas el barniz de ilustración necesaria para fundar periódicos incendiarios y proclamar en las plazas públicas, delante de un auditorio imbécil y fanático, el exterminio de los antiguos señores (CANÉ, 1994, p. 87).

A Martinica estaria repetindo o erro histórico da Argentina do passado, e de muitos outros países naquele momento, ao colocar a retórica igualitária na frente da realista necessidade de que a raça mais desenvolvida conduza o processo político, como os estancieiros dos pampas faziam com os gaúchos, embora esse sistema também viesse a ser ameaçado pela modernização. Em sua narrativa autobiográfica *Juvenilia*, Cané expressou sua nostalgia pelo tempo em que os subalternos veneravam os superiores no campo, “algo como un vestigio vago del viejo y manso feudalismo americano” (*apud* TERÁN, 2008, p. 122).

Na Martinica, desde 1870, os brancos estariam vivendo em uma espécie de estado de sítio, já que seriam impedidos de exercer

atividades políticas enquanto toda a representação da ilha seria composta de mulatos. No entanto, eles seriam os únicos elementos progressistas e trabalhadores da ilha, cada vez mais propensos a abandonar suas propriedades fundiárias. Os negros, por outro lado, demonstrariam pouquíssima propensão para o trabalho quando não eram conduzidos. A índole dos negros é demonstrada em uma curiosa passagem na qual Cané descreve o trabalho de carregamento de um navio ancorado no porto:

Al pie del buque y sobre la ribera, hormigueaba una muchedumbre confusa y negra, iluminada por las ondas del fanal eléctrico. Eran mujeres que traían carbón a bordo, trepando sobre una plancha inclinada las que venían cargadas, mientras las que habían depositado su carga, descendían por otra tabla contigua, haciendo el efecto de esas interminables filas de hormigas que se cruzan en silencio. Pero aquí todas cantaban el mismo plañidero, áspero, de melodía entrecortada. En tierra, sentado sobre un trozo de carbón, un negro viejo, sobre cuyo rostro en éxtasis caía un rayo de luz, movía la cabeza con un deleite indecible, mientras batía con ambas manos, y de una manera vertiginosa, el parche de un tambor que oprimía entre las piernas, colocadas horizontalmente. En un redoble permanente, monótono, idéntico, a cuyo compás se trabajaba (...) En esto se hizo el silencio; las negras todas se miraron unas a otras, los cantos empezaron a morir en sus labios; algunas se detenían, colocaban el canasto en tierra, se sentaban sobre él y cruzando sus piernas, inclinaban la cabeza como perdidas en una melancolía nostálgica (CANÉ, 1994, p. 84-85).

Ao inquirir o contramestre do navio sobre o negro do tambor, que lhe pareceu louco, Cané recebeu a resposta de que já haviam tentado tirá-lo daquela função, mas o resultado havia sido uma queda acentuada no ritmo do trabalho, o que ficaria comprovado pela súbita apatia que toma conta das negras assim que a batida é interrompida. Os negros parecem só serem capazes de ação disciplinada

sob alguma condução ordenada. A falta de tutela da raça branca estaria levando a Martinica para um declínio evidente aos olhos, já que os negros não demonstrariam nenhuma capacidade para o trabalho: “Ese antagonismo entre los hombres de progreso y la raza, que no ha hecho, no hace, ni podrá hacer jamás nada en ese sentido, es la principal causa de la decadencia actual de la Martinica” (CANÉ, 1994, p. 88). Um futuro ainda mais trágico poderia advir com a proposta dos republicanos na França de implantar o serviço militar obrigatório, armando os negros, os quais, inevitavelmente, invadiriam as propriedades que restavam, já que “no hay negro que sea comunista, como no hay canónigo que no sea conservador” (CANÉ, 1994, p. 88).

Já o caso da Colômbia seria mais complexo. Cané inclui todo um capítulo em seu livro para louvar a irmandade entre Argentina e Colômbia, estabelecida desde o encontro entre San Martín e Bolívar. O fato, porém, é que Cané, a todo o momento, vê na Colômbia a arqueologia viva do desastre argentino, começando pela vasta porção de território desocupado, um *far west* que esperaria a colonização europeia para se tornar produtiva e salubre, destino de todas as áreas despovoadas do mundo. Ali também, como mal endêmico da América Latina, o problema estaria na disseminação de fantasias democráticas incompatíveis com o atraso político local. Um exemplo seria a estrutura federativa da Colômbia:

La organización política actual de Colombia es sumamente defectuosa; (...) El sistema republicano, representativo, federal, es allí llevado a sus extremos. Cada Estado es soberano con una autonomía legal incompatible con el desenvolvimiento de la idea nacional. Mientras entre nosotros no hay más soberano que el pueblo argentino, que los gobernadores de provincia son agentes naturales del P. E. N., que la autoridad del Congreso está arriba de todas, sin más limitación que la determinada por la Constitución, atribuyendo a los ciudadanos el recurso de inconstitucionalidad ante la Corte Suprema de Justicia, en Colombia, como he dicho,

cada Estado es soberano, gobernado por un presidente y participando del gobierno general por medio de dos *plenipotenciarios* que delega al Senado, especie de consejo anfitriónico. Las leyes del Congreso pueden ser vetadas por la mayoría de la Legislatura de los Estados y no tienen fuerza ejecutiva hasta tanto que hayan merecido la aprobación de las mismas. Añadid que el presidente de la Unión dura sólo dos años, mientras el período presidencial en algunos Estados es mucho mayor; pensad en la incomunicación constante de las diversas secciones de ese organismo tan vasto y decid si es posible que se desarrolle y eche raíces el sentimiento nacional (CANÉ, 1994, p. 161).

Esse federalismo radical, que para Cané soa como uma sobrevivência dos primeiros momentos das lutas de independência, fica ainda mais acentuado pela posição geográfica da capital, Bogotá, situada no interior montanhoso em vez buscar as facilidades de comunicação propiciadas pelo mar. A luta por transformar a cidade em uma verdadeira capital nacional também faz lembrar o longo drama da nacionalização de Buenos Aires, situação que poderia incendiar a Colômbia em breve. Um esforço coletivo para a disseminação do espírito nacional seria prioritário, começando pela futura superação da denominação “Estados Unidos da Colômbia”:

No, la federación no puede, no es, no debe ser un contrato civil, susceptible de liquidarse, como una sociedad comercial; no es un tratado para cuya cesación basta la denuncia de una de las altas partes contratantes, como en las prácticas internacionales: es un hecho, un hecho único y solemne, emanado, no ya de la voluntad de dos o tres agrupaciones, sino de la del único soberano: el pueblo... (CANÉ, 1994, p. 163).

Cané também observa outros traços do idealismo formal da política colombiana, chegando a dizer que a leitura da Constituição “faz sonhar”, que é o sonho de liberdade de todos os poetas e filósofos:

fos, com ausência de pena de morte e direito absoluto de reunião e expressão: “Parece a primera vista inconcebible la posibilidad de la permanencia de un estado semejante” (CANÉ, 1994, p. 163). Neste ponto, é interessante observar as complexas tensões internas entre a ideia de liberdade e o direito, já que a liberdade política, nesse caso, é considerada uma ameaça à política civilizada. Não havendo censura prevista na lei, não haveria restrições contra ataques aos homens públicos. Sem mecanismos de restrição, não haveria como controlar a crítica política. O resultado seria a proliferação da expressão política nas ruas, tomada por Cané como apenas uma maré de insultos, cuja caligrafia, em certos casos, deixa indícios da ‘rude mão do homem do povo’, que vence todos os esforços da polícia para apagá-la: “¿Qué no dicen aquellos muros de Bogotá! El obrero, el estudiante, el *cachifo* de media calle que tiene que vengarse del policiano, como el aspirante, del presidente o de un ministro, tienen en las paredes su prensa libre” (CANÉ, 1994, p. 164). Os agredidos respondem publicando novos ataques, em jornais ou panfletos, o que causa uma intensa proliferação de retórica, que parece dominar a vida política colombiana. A oratória domina tão intensamente o próprio parlamento que reduz as atividades do presidente da câmara, na prática, a conceder a palavra aos que a solicitam sem cessar, permanecendo o resto do tempo como uma “esfinge silenciosa”.

Os colombianos têm uma paixão coletiva pela poesia e pela oratória, uma espécie de esporte nacional, praticado em todas as oportunidades sociais: “El colombiano es orador; la frase sale elegante, con vida propia, llena de movimiento y garbo” (CANÉ, 1994, p. 164). Em um interessante episódio, Cané conta como convidou o renomado poeta argentino Martín García Mérou para um desafio de rimas com colombianos durante um banquete, no qual ele foi severamente derrotado pela enorme facilidade com que os nativos letrados produzem poesia. O perfil dessas práticas políticas destoa da educação cívica do autor, baseada no temperamento contido e na política feita com moderação, perspectiva que encontra

respaldo em certos membros da elite colombiana. Este princípio moderado de condução da política em um espaço público reduzido seria a lição que a Argentina teria para ensinar aos colombianos.

Oliveira Lima

Oliveira Lima (1867-1928) também observou a paisagem caribenha através da lente propiciada pelo contexto brasileiro do momento, acompanhada de um conjunto de esboços de interpretação histórica. Mas sua visão sobre o Brasil republicano não tem o otimismo que Cané demonstra pelas realizações da Argentina. Os artigos incluídos no livro *Impressões da América Espanhola*, coletânea de artigos publicados no jornal *O Estado de São Paulo* entre 1904 e 1906, foram escritos durante um curto período de serviço diplomático de Oliveira Lima na Venezuela. O país estava sob o governo de Cipriano Castro, um militar que havia adquirido projeção internacional ao enfrentar Inglaterra e Alemanha em uma questão de dívidas, o que resultou no bloqueio do litoral venezuelano. Lima vinha pleiteando a longo tempo uma delegação na Europa para dar continuidade aos seus estudos históricos, mas o posto venezuelano foi imposto pelo barão do Rio Branco por causa de desavenças internas no Itamaraty (SOBRINHO, 1971). Embora extremamente desgostoso, Lima usou o observatório caraquenho para esboçar um diagnóstico dos males da história hispano-americana.

Neste período, sua simpatia pelas realizações da monarquia brasileira já estava bastante acentuada, após um período inicial de certo entusiasmo republicano (MALATIAN, 2001). Em sua interpretação, o regime monárquico teria evitado a instabilidade que devorara as repúblicas hispano-americanas durante o século XIX, mas a proclamação da república trazia esses riscos para o único país latino-americano que conseguira se manter livre deles. Embora servindo como membro do serviço diplomático do governo republicano, Lima não deixou de apresentar duras críticas ao novo sistema.

Ao contrário de Cané, em vez de sugerir aos outros países que poderiam seguir o caminho privilegiado que o seu próprio país estava trilhando, Lima parece querer mostrar os perigos que ameaçavam os brasileiros. Justifica-se, assim, uma acentuada diferença de tom nos dois livros.

Para Lima, o Brasil teria passado, no fim do século XIX, por dois processos que aproximaram o país perigosamente das doenças políticas dos países vizinhos, geradas pela mesma entrada de ideias democráticas mal concebidas, a abolição da escravatura e a proclamação da República. A Abolição, inevitável, mas conduzida de forma inadequada, teria devastado as áreas agrícolas nordestinas, ao extinguir propriedades legítimas sem indenização, quaisquer que fossem as questões morais envolvidas. A atitude seria claramente contraditória com os princípios liberais de respeito à propriedade e às liberdades que teriam tornado a monarquia um fato político singular na história latino-americana: “não se poderia conceber maior espoliação do que foi o decantado 13 de maio de 1888” (LIMA, 1953, p. 79). Veremos que esse tema reaparecerá em outros momentos. A libertação imediata e sem reparações teria sido produto da propaganda abolicionista, que pôde contar com o apoio passivo do “intransigente liberalismo” de um D. Pedro II já adoentado, mas que não teria se arrependido do fato, mesmo arriscando o trono. O resultado foi a perda de apoio entre as classes senhoriais, então já convictas da inevitabilidade da abolição, somente exigindo a legítima indenização.

A crise da economia açucareira nordestina está presente em todos os comentários de Oliveira Lima sobre o quadro antilhano. Vários dos problemas antilhanos descritos por Cané vinte anos antes ainda estariam vivos no início do século XX, segundo Lima. As condições ambientais das Antilhas, assim como as do Nordeste brasileiro, impunham um determinismo climático sobre as relações entre as raças: “A relação de dependência servil entre o branco e o negro era a atmosfera social que realmente convinha àquele meio físico” (LIMA, 1953, p. 96), já que os brancos não demonstravam

resistência física para suportar o desgaste da lavoura tropical. Os negros, por seu lado, não poderiam assumir a condição de agricultores autônomos por causa de sua intrínseca indisposição para o trabalho disciplinado e falta de ambição material: “a raça negra, esta só trabalha o bastante para ganhar o pão de cada dia, sem ambições de futuro nem sonhos de grandeza” (LIMA, 1953, p. 94). A riqueza e luxo da região caribenha no período escravista comprovariam os bons resultados desse sistema.

A ação dinamizadora do homem branco deveria ser pensada em uma escala maior de integração econômica com o comércio mundial, que traria benefícios também no campo do ordenamento político. O pensamento econômico liberal já vinha desenvolvendo essa perspectiva desde o século XVIII, quando as práticas da negociação e a busca pacífica e bem-compreendida do interesse pessoal foram legitimadas como meios de arrefecer os sentimentos destrutivos da cultura política do Antigo Regime. Empresários e comerciantes seriam os novos personagens da expansão da civilização europeia pelo mundo no lugar de príncipes ambiciosos e conquistadores, abrindo uma área crescentemente universalizada de trocas (HIRSCHMAN, 1979). Desde o século XIX, pensadores latino-americanos, como o argentino Juan Bautista Alberdi, defenderam o princípio de que a integração do continente na expansão do comércio mundial, desde que feita pela troca comercial e a imigração de populações industriosas e empreendedoras, e não pela via da agressão militar e do butim imperialista, seria um caminho para combater o vício da paixão política e a ausência de disciplina que impregnava a vida do continente (BOTANA, 1997).

A representação do comércio como força civilizadora dos costumes (*moreis*) e da atividade produtiva como disciplinadora das paixões políticas também faz parte do acervo de soluções arielistas em sua linha menos estetizante, especialmente relevantes para regiões reconhecidamente turbulentas da América Latina. Oliveira Lima é claro sobre a necessidade da ação disciplinar da civilização ocidental em áreas caóticas:

Não me refiro às condições sanitárias das repúblicas independentes de Haiti e São Domingos, porque são de fato países semibárbaros, fadados para a recolonização, a qual lhes há de inculir estímulo de progresso, exercendo-se sua influência de forma parecida àquela por que tem agido em Cuba e Porto Rico (LIMA, 1953, p. 103).

Porém, certas áreas caribenhas não estariam seguindo esses exemplos animadores. As dificuldades impostas pelo clima para que a raça branca efetivasse sua presença plena, já que não podia contar mais com o trabalho escravo, estariam causando o declínio do mercado açucareiro antilhano, como já acontecera no Nordeste brasileiro, duas regiões em estado de declínio em comparação com o Sul dos Estados Unidos. Uma soma de determinismo racial com climático eliminaria a opção da criação de uma classe agricultora branca local, restando aos senhores a contemplação da barbarização das regiões onde antes exerciam sua autoridade. A abolição da escravatura criou, nas mais diversas regiões, tensões raciais equivalentes àquelas que Cané descreveu na Martinica, como o caso dos filhos dos senhores de engenho de áreas decadentes:

A prole desses brancos, se sobretudo se mantém isenta de mestiçagem, definha e acaba por degenerar no árduo combate sem tréguas contra as chuvas torrenciais do inverno, o calor abrasador do verão, as cheias, o impaludismo, todas as misérias da esplêndida zona tropical, e nenhum corretivo divisa no futuro, porquanto, se com o serviço negro não pode promover seguro adiantamento, com a colonização europeia não pode absolutamente contar. E pior será ainda, com relação ao elemento inferior africano, quando a instrução, reclamada pelos ideólogos, uma instrução que será forçosamente fragmentária e muito provavelmente mal orientada, inculir nos negros das Antilhas e da Guiana, uma falsa concepção de honra e de respeito, fundada no desprezo do trabalho braçal (LIMA, 1953, p. 95-96).

No entanto, se o problema estava na ausência de uma população disciplinada para enfrentar as abrasadoras condições tropicais, uma solução alternativa estaria sendo dada pelos ingleses, com a importação de trabalhadores indianos no lugar dos “indolentes negros alforriados” (LIMA, 1953, p. 95). Os *coolies* teriam salvado Barbados da ruína com sua facilidade em se ajustar a novos campos de atividade agrícola; uma mão-de-obra barata, mas que receberia tratamento médico e boas condições de habitação. A condução do homem branco se ajustaria às exigências humanitárias da modernidade.

Como Cané, Lima vê a rebelião das massas barbarizadas contra as elites tradicionais, estimuladas pela retórica dos caudilhos ou de filantropos idealistas, como um ponto de ruptura na estruturação da ordem pós-colonial e pós-escravista. Apesar do sucesso da monarquia em conter as forças desagregadoras do meio americano, mesmo o Brasil, e mais particularmente o Nordeste, não deixou de produzir focos de rebelião popular que poderiam ter desestruturado a estabilidade política, como nos episódios iniciais da Revolução Pernambucana de 1817, que produziram uma “explosão de igualdade insultuosa” (LIMA, 1971, p. 863). Lima cita, com claro desagrado, episódios em que negros se diziam iguais aos brancos, tratavam seus antigos superiores como “patriotas” e afirmavam querer casar com mulheres brancas de boa posição.

No quadro latino-americano mais geral, o avanço das massas significou o declínio político e, com o tempo, econômico das aristocracias agrárias *criollas* que iniciaram a revolução movidas por ideais ilustrados, ideário comum aos brasileiros e hispânicos:

Aqui e acolá, o que existia, (...) simultaneamente, era uma nobreza de terra, à qual pertenceram Bolívar em Venezuela e no Brasil os Cavalcantis pernambucanos e os Andradas paulistas, que se considerava a classe superior, repousava sobre o trabalho braçal das outras raças, desdenhava a mercancia e vivia da agricultura. Este elemento foi predominante no movimento de libertação colonial, mas não foi o

único, e desde então estava minada a sua preponderância, a fazer a revolução triunfar (LIMA, 1953, p. 187).

Ao procurar, nessa passagem, traçar um retrato dessas aristocracias, Lima descreve um perfil com ressonâncias atenienses, bem no viés arielista, em que a disponibilidade de tempo oferecida pelo trabalho escravo permite a plena dedicação ao enriquecimento cultural e ao exercício da arte do bom governo. As atividades mercantis eram identificadas pelas elites agrárias como uma esfera inferior de atividade, imprópria para o desenvolvimento das faculdades superiores do homem. Já apontamos que a preocupação com a qualidade das elites governantes também era uma preocupação de Cané, como de todos os autores que compartilharam dos ideais arielistas. Oliveira Lima, porém, via de forma negativa os resultados de longo prazo dessa postura.

Lima endossava as interpretações da historiografia liberal oitocentista que viam o caudilhismo como fruto natural das condições de atraso político da população:

Os ditadores latino-americanos correspondem bem às populações latino-americanas que governam, populações mescladas e atrasadas sobre as quais não brilha o fanal da razão esclarecida e que não saberiam abroquelar-se com o escudo da razão consciente. A tutela faz-se até nalguns casos indispensáveis; nem as brigas são no geral entre tutores e pupilos, mas entre os tutores, igualmente ambiciosos de gerir o patrimônio que se diz comum por uma dessas figuras de retórica que são tão freqüentes e tão melodiosas na opulenta fraseologia do continente (LIMA, 1953, p. 134).

Aqui, o tópico liberal da ameaça que o igualitarismo radical pode representar aos direitos civis, especialmente os de propriedade, retorna. Os bens patrimoniais da aristocracia *criolla* teriam sido devastados por uma sucessão ininterrupta de proclamações militares e reformas econômicas, quase sempre justificadas com o

argumento de abastecer o tesouro nacional, sistematicamente pirateado pelo caudilho que estivesse no poder no momento. As famílias tradicionais que haviam gerado Bolívar e outros patriarcas viriam a perder seu apreço pela liberdade. Mas a região continuaria sendo capaz de produzir uma camada letrada expressiva, mesmo tendo em conta sua crescente pobreza material. Para Lima, porém, isso só pioraria a situação, porque, carentes do espírito hierárquico de seus antepassados, os intelectuais modernos se entregavam ao serviço de panegiristas das ditaduras militares ou se lançavam à carreira de revolucionários permanentes. A decadência das aristocracias *criollas* seria dupla: material e intelectual:

Sobre classe alguma de cidadãos exercem as revoluções mais pernicioso influência do que sobre a classe dos intelectuais. Não me refiro, é bem de ver, às revoluções salvadoras, expressões de crises profundas e transformadoras de uma nação, como foi a Revolução inglesa, ou mesmo da humanidade, como foi a Revolução francesa: refiro-me às revoluções sem ideal e sem razão de ser moral, de que a nossa América do Sul ainda conserva o triste privilégio (LIMA, 1953, p. 121).

O cenário brasileiro também não seria muito animador. Ao mesmo tempo em que o espírito aristocrático das elites senhoriais teria propiciado um saudável respeito pela seletividade e condições de exercício do comando, o desprezo pela atividade produtiva e falta de mentalidade prática resultaram em completa impotência quando a Abolição redesenhou o mapa social do país. Ao comentar certa passagem do romance *Sangre roto*, do venezuelano Díaz Rodríguez, que descreve o atraso das áreas agrícolas do interior venezuelano, Lima vê muitas similaridades com a aparência de decadência predominante em Pernambuco:

Sempre tenho encarado com tristeza a situação da classe rural do meu Estado. A abundância de outros tempos,

exprimindo-se por um fausto talvez pesado da parte de senhores que a gíria política intitulava feudais, e que o eram pela soberania e pela fibra, ocultava as falhas da educação cívica, da educação técnica e mesmo da educação comezinha, lançando sobre tudo o seu manto de chamalote de ouro. A medida, porém, que os fios de ouro entraram a esgarçar-se e o tecido a rasgar-se, pelos buracos se foi percebendo a miséria real dos lares e dos cérebros, e o espetáculo, como o de toda a indigência, nada oferece de atraente.

O que ainda se vê de pé é, no geral, o resto de passadas grandezas que se vão aos pedaços. As novas construções são poucas e demonstram as mais delas o afã do lucro de preferência ao discernimento do trabalho. A descendência da gente de melhor berço e de melhor posição vai mergulhando no atraso e obscuridade de envolta com a gente tosca que porventura já traduzia casos de decadência física e moral. Nenhuma classe organizada de agricultores inteligentes, empreendedores, instruídos na sua profissão e capazes de exercê-la, se constituiu sobre as ruínas da que desaparece, vinda de uma era que representava uma situação social mais perfeita que a atual (LIMA, 1953, p. 194-195).

Preocupado com a situação brasileira, Lima também vê com extrema simpatia os rumos diferentes seguidos pela república argentina. Contrastando-a com o Caribe e o Nordeste brasileiro, elogia os efeitos da imigração, que teria permitido que o espírito doutrinário e rebelde latino local fosse substituído por um espírito mais prático. Ao encontrar jovens argentinos em viagem de estudos para os Estados Unidos, admira-se seu interesse pela educação técnica:

Desconheciam os poetas simbolistas, e os livros que sobravam não eram obras de filósofos alucinados ou de fisiologistas sensacionais, de Nietzsche ou de Metchnikoff, simplesmente manuais de língua inglesa e guias de conversação corrente (LIMA, 1953, p. 105-106).

Com tom irritado, conclui que, no Brasil, esses jovens acabariam se tornando bacharéis, e nunca técnicos em um engenho de

açúcar. Aliás, os próprios engenhos estariam cheios de bacharéis, o que daria às reuniões de agricultores um “aspecto literário”! Esta valorização do espírito prático como uma qualidade necessária das elites dirigentes confere certa particularidade ao pensamento de Oliveira Lima dentro da corrente arielista, o que é visível em seus comentários positivos sobre as elites norte-americanas (SANTOS, 2004).

No campo político, a instalação da República, baseada nos princípios federalistas, seria outro erro que estaria atraindo o turbilhão hispânico para o Brasil. O sistema monárquico teria funcionado como centro de agregação e aperfeiçoamento de uma elite dirigente que se alimentava do melhor das oligarquias do país, limitando as ambições privatistas através do respeito aos direitos civis e espírito civilizador que irradiavam da Corte imperial. O federalismo republicano teria fragmentado o espaço de exercício do poder, abrindo caminho para as mesmas categorias inferiores da vida política que dilaceravam a história venezuelana:

No romance *Peônia* o negro traçoeiro e assassino que geria a fazenda acaba comandando o arremedo de guarda pretoriana do César: o pormenor é tão verossímil que me contou um caraquenho ser atual governador do seu Estado, e já se sabe general, o moleque que lhe segurava no estribo quando montava a cavalo.

Estados temos no nosso país cuja situação se está caminhando singularmente para isso, e quiçá se encontre algum oficial de parecida procedência em qualquer desses pequenos exércitos pseudo-policiais (...) (LIMA, 1953, p. 193-194)

O Brasil, que na interpretação histórica de Oliveira Lima pôde contar com uma classe governante ilustrada, apoiada no sistema monárquico para impedir o avanço do caudilhismo local e manter a unidade nacional e moralidade política que outros países

tanto lutaram para alcançar, estava agora ameaçado de andar para trás. Ao mesmo tempo, a falta de cultura prática deixada pelo escravismo era um empecilho para que esse rumo fosse evitado. Nesse caso, a Argentina também poderia ser um exemplo para os brasileiros.

Arielismo e liberalismo

Miguel Cané e Oliveira Lima compartilharam alguns dos aspectos principais da perspectiva arielista *fin-de-siècle*: a fusão de um liberalismo concentrado no tema da ordem civil, avesso à expansão da participação democrática, com uma leitura histórica da experiência americana, baseada na necessidade da superação das paixões políticas em favor da modernização econômica e disciplina social. Seu argumento em prol da necessidade de um sistema vertical e seletivo de comando político se legitimava a partir de uma avaliação drasticamente negativa do estado de desenvolvimento das populações iletradas, especialmente não-brancas. Esta percepção é uma tendência amplamente difundida no liberalismo latino-americano do século XIX. Tomando o ambiente social local como absolutamente carente de experiência cívica, seja como resultado do domínio colonial ou de determinações geográficas e raciais, ou tudo ao mesmo tempo, os liberais que buscaram atualizar a vida de seus países com a agenda política moderna de defesa dos direitos da propriedade e ordenamento constitucional priorizaram o exercício do poder acima da inclusão democrática (VIANNA, 1997). Apoiados em avaliações negativas desse tipo da sociologia local e em sua própria fidelidade aos modelos europeus de civilidade, as observações dos viajantes aqui discutidos são entremeadas por encontros escandalizados com a bárbarie local. Não faltariam exemplos, para Oliveira Lima, para atestar tal estado nos costumes das populações negras ou indígenas, como no caso dos rituais fúnebres dos índios venezuelanos:

Alguns dos costumes bárbaros deste povo inculto traduzem um singular estado da sua mentalidade coletiva, os *velorios de los angelitos*, por exemplo, acompanhados de danças e patuscadas em redor do cadáver da criança que, para mais tempo se conservar incorrupto, se fez ferver em salmoura (LIMA, 1953, p. 196).

Na condição de diplomatas e viajantes contumazes, ambos fizeram parte daquela categoria de homens públicos cosmopolitas de finais do século XIX que, embora com preocupações firmemente enraizadas em suas regiões de origem, como atestam seus inúmeros escritos, também se consideravam membros de uma comunidade internacional de *gentlemen*, de homens de refinamento. Admiradores do temperamento supostamente autocontido dos ingleses, encontravam em espaços de sociabilidade de inspiração europeia, como *jockey clubs* e teatros de ópera, os padrões de civilidade que desejavam para seus próprios países (VIÑAS, 2005). Neles, imperaria o que o próprio Cané observara no Convent Garden de Londres: “la corrección nativa del carácter inglés; una civilidad serena, sin las bulliciosas manifestaciones de los latinos” (CANÉ, 1994, p. 71). Nesta comunidade, os princípios de seleção e autodisciplina são devidamente respeitados, assim como o gosto pela serenidade nos atos e pensamentos. Poder ser reconhecido como um par nesse mundo seletivo já seria, para um nativo do mundo pós-colonial, o cumprimento de um requisito para o legítimo exercício do poder em casa.

Fiel aos princípios arielistas de que a civilização superior se identifica com a espiritualidade e harmonia inspiradas na Grécia clássica, Miguel Cané se horroriza com a versão maculada de uma dança dionisíaca realizada pelos negros da Martinica, na mesma cena do porto já comentada. Ao oferecer uma moeda ao negro do tambor para que substitua a batida do trabalho por um ritmo dançante, cria um imediato frenesi entre as carregadoras e outros negros que estavam nas proximidades, cujas insinuações sexuais lhe causam repulsa:

Cada oscilación es una invitación a la sensualidad, que aparece allí bajo la forma más brutal que he visto en mi vida; se acercan al compañero, se estrechan, se refriegan contra él, y el negro, como los animales enardecidos, levanta la cabeza al aire y echándola a la espalda, muestra su doble fila de dientes blancos y agudos. No hay cansancio; parece increíble que esas mujeres lleven diez horas de un rudo trabajo. La *bomboula* las ha transfigurado. Gritan, gruñen, se estremecen, y por momentos se cree que esas fieras van a tomarse a mordiscos. Es la bacanal más bestial que es posible idear, porque falta aquel elemento que purificaba hasta las más inmundas orgías de las fiestas griegas: la belleza. No he visto nada más feo, más repulsivo, que esos negros sudorosos: me daban la idea de orangutanes bramando de lascivia... (CANÉ, 1994, p. 86).

Como nessa dança, faltaria a todo o universo latino-americano, simultaneamente, a harmonia ateniense e a serenidade inglesa. Os fatos empíricos locais atestavam contra a conveniência de um liberalismo democrático, tornando mais funcional um modelo vertical, de perfil hierárquico, que teria estado presente na formação ilustrada dos aristocratas *criollos* da independência, mas foi sufocado:

(...) o elemento educado, tradicional, aristocrático (se a palavra não é mal soante, denominando-o o autor liberalismo hierárquico, ilustrado, produto direto da cultura europeia) foi desde muito sendo gradualmente levado de vencida pelo elemento popular, inculto, nativista nas ideias como nos sentimentos, numa palavra democrático; nem esquecer que uma democracia pode ser ateniense (LIMA, 1953, p. 67).

Oliveira Lima chega a perguntar se não é uma condição universal de toda democracia o fato de que, para conter os germes anárquicos que ela mesma produz, não precise apelar para o terror e para os demagogos. As citações apresentadas pelo próprio autor o colocam em uma linha do liberalismo oitocentista que identificava a democracia como um ameaça potencial à liberdade moderna,

já que o desejo de igualdade, típico do homem moderno, pode gerar ameaças aos direitos individuais:

(...) será a democracia muitas vezes liberal? Ou não operará antes dentro dela a tendência inevitável para se livrar da anarquia pela violência para manter sua autoridade pelo terror? Se consultarmos a história da América Espanhola, os sucessos confirmarão essa suspeita (LIMA, 1953, p. 129).

Episódios de espoliação da propriedade, como a abolição no Brasil, as rebeliões negras nas Antilhas e os golpes militares na Venezuela se somariam para comprovar a constante ameaça que a difusão dos ideais igualitários traria aos direitos legais no contexto latino-americano, uma preocupação prioritária em boa parte do liberalismo do século XIX. O temor da expansão da participação política provinha do suposto despreparo das massas incultas para operar dentro de uma ordem racionalizada pela lei, o que traria um inevitável elemento de instabilidade ao sistema político. A liberdade é pensada como um benefício condicionado à existência de *mores* pacificados e ordenados, de uma comunidade previamente educada para saber obedecer. Populações com costumes belicosos ou profundamente individualistas estimulariam os potenciais anárquicos inerentes à liberdade mal compreendida. O resultado seria a necessária tirania de indivíduos que canalizassem melhor as paixões do momento, despotismo tão instável quanto as paixões que o criaram (ROPER, 1989).

Partindo dessas premissas, muitos liberais oitocentistas na América Latina defenderam o princípio de que a disseminação da educação e da liberdade política entre populações anárquicas iria apenas estimular uma pleora de retórica política, quase sempre reduzida ao insulto ou à apologia passional, como Cané afirma dominar a Colômbia e Lima diz encontrar na Venezuela. O despreparo das populações locais para uma vida cívica organizada tornaria mais realista e eficaz a opção por um espaço político restrito,

responsável por estimular a busca disciplinada do desenvolvimento material e a consolidação do poder constitucional em vez da expansão da comunidade política. A incorporação de novos sujeitos políticos teria que ficar para o futuro, quando se alcançasse a necessária educação das massas e mesmo de parte das elites, ou seria simplesmente descartada em prol do governo permanente dos “mais habilitados” (BOTANA, 1997).

Embora critiquem severamente os efeitos do discurso igualitário e desejem estimular mecanismos para contê-lo, Cané e Lima não parecem apontar, nos textos aqui discutidos, para a expectativa de uma tirania ordenadora, um déspota bonapartista que superasse as cisões e impusesse a ordem através da autarquia. Na própria Venezuela, correntes historiográficas do período procuraram recuperar a figura de Simón Bolívar, produzindo a representação de um autarca, a qual deveria inspirar a propaganda do “*gendarme necesario*” (LASARTE VALCÁRCEL, 2008). Na verdade, embora o respeitassem como membro da alta aristocracia *criolla*, Cané e Lima também repudiavam certos aspectos caudilhescos da personalidade de Bolívar. Cané, em particular, chega a descrevê-lo como “ditador”. A perspectiva dos viajantes aqui discutidos é menos o desejo de mais um regime personalista e ditatorial, mesmo que ilustrado, do que a análise retrospectiva dos erros do passado e a recuperação do valor das aristocracias perdidas ou ameaçadas. Suas análises estão mais concentradas em denunciar os atentados sofridos contra os legítimos direitos e propriedades das classes dirigentes tradicionais e recuperar o caráter de exemplaridade que podem oferecer para as elites do presente.

Motivado pelos sucessos argentinos, Cané examina a situação colombiana de forma menos sombria que Lima, vendo ali possibilidades melhores que as da Venezuela. A Colômbia teria reduzido consideravelmente o papel dos militares na vida política, praticamente acabando com as quarteladas. As querelas agora estariam centradas nos civis. Embora fragmentada por sua estrutura federativa e dividida pela tradicional disputa entre liberais e conservadores,

a Colômbia teria guardado em sua elite letrada, apaixonada por poesia e com um refinamento cultural amplamente destoante do ambiente que a cerca, algumas reservas de equilíbrio e respeito pela civilidade. Na luta política local, os liberais estimulariam os potenciais anárquicos da região. Embora antipatizante do igualitarismo, Cané demonstra pouca simpatia pela ala conservadora local também, ainda agarrada a esperanças monarquistas e avessa às ideias seculares, organizando procissões e defendendo a primazia da Igreja. Como membro de uma geração que nutria simpatias pelo positivismo, sua atenção é mais atraída por um setor liberal moderado, no qual identifica procedimentos que poderiam aproximar o país das soluções que a Argentina já teria alcançado:

En el centro de ese campo donde combaten huestes tan opuestas, los independientes, antiguos liberales, se han segregado de la masa, procurando encontrar al abrigo de la moderación en las ideas, un *modus vivendi* razonable para la colectividad. De un liberalismo templado, manifiestan públicamente un serio respeto por la religión, y en materia política trabajan por introducir cierta reglamentación indispensable para hacer fecundas las libertades y derechos garantizados por la Constitución (CANÉ, 1994, p. 168).

Os “antigos liberais” parecem recuperar a dimensão de moderação e harmonia necessária para o respeito das liberdades civis e dos direitos constitucionais, característicos de um “liberalismo moderado”, que estabelece como requisitos para a civilidade o afastamento das massas e a ruptura com a intensa prática da oratória que dominava o espaço político colombiano. Embora não se estenda nesse sentido, podemos prever que o *modus vivendi* citado se aproximaria da sociabilidade inglesa de hábitos temperados, no modelo *gentleman*, o mais adequado para a formação de um sistema político disciplinado. É dentro desta perspectiva, que aproxima um liberalismo seletivo e priorizador dos direitos individuais e uma nostalgia pela harmonia helenista, que podemos situar o tom de profética

esperança arielistas que transparece nos prognósticos de Cané, não muito bem sucedido em seu próprio país, como já apontamos:

(...) en mis momentos de duda amarga, cuando mis faros simpáticos se obscurecen, cuando la corrupción yanqui me subleva el corazón o la demagogia de media calle me enluta en París, reposo en una confianza serena y me dejo adormecer por la suave visión del porvenir de la América del Sur; ¡parece que allí brillará de nuevo el genio latino rejuvenecido, el que recogió la herencia del arte en Grecia, del gobierno en Roma, del que tantas cosas grandes ha hecho en el mundo, que ha fatigado la historia! (CANÉ, 1994, p. 49).

Autores arielistas apreciavam a perspectiva de uma América harmonizada, que recuperaria sua integração com a civilização europeia, vínculo rompido pelos rancores gerados pelas lutas de independência e o ideário nativista. Esses sentimentos autonomistas do passado, legítimos em si mesmos, teriam se misturado com uma exaltada retórica igualitarista ao serem apropriados por massas politicamente inexperientes e culturalmente incivilizadas, que rapidamente perderam a necessária noção das qualidades necessárias para a arte do bom governo. Agora, os rancores contra a Europa, que haviam estimulado o imaginário republicano igualitário, já não teriam mais fundamento. Para os arielistas, seria necessário recuperar a noção de superioridade, tão forte nas elites *criollas* da independência, mas tão fraca nas classes governantes na maior parte da América Latina de sua própria época.

Ao reestabelecer o elo com a descendência europeia, os latino-americanos se reencontrariam como parte da civilização progressista do Ocidente moderno, cujos maiores sucessos teriam raízes nos valores de equilíbrio e ordem legados pela civilização clássica greco-romana. Nessa comunidade, as massas não-brancas só poderiam participar de forma subalterna ou, simplesmente, não participar, absorvidas pelo branqueamento. Os princípios disciplinares e harmônicos que os arielistas acreditavam encontrar no classicismo grego,

compreendido através de interpretações francesas e alemãs, entravam em choque com a instabilidade e excessos da sociologia latino-americana. Nesse retorno ao seio da civilização europeia, apesar de todas as referências nostálgicas aos valores aristocráticos e helênicos, não há refúgio em um mundo estetizado de poetas adversos ao mundo dos negócios, embora os excessos de arrivismo e a cobiça gratuita sejam vistos com desagrado. Trata-se de um projeto seletivo e controlado de modernização, gerenciado por elites de *gentlemen* que encontram seu lugar no dinamismo econômico da era imperialista.

Arielism and liberalism in the travel writings of Miguel Cané and Oliveira Lima

Abstract: This article analyzes travel reports by two South-American diplomats in the late 19th and early 20th Centuries – Argentinean Miguel Cané and Brazilian Miguel de Oliveira Lima. In their travel across Caribbean, Colombia and Venezuela, they wrote articles and narratives on local issues and suggested new interpretations of Latin-American history as a whole. Both regarded the widespread political egalitarianism as the cause of political instability in the continent, arguing for the resumption of aristocratic values. They shared some of the principles of Arielistic imaginary, widely spread in Latin America at that time, by defending moderate liberalism adopted by modernist elites, and a selective political system as solutions for chronic instability in places they visited.

Keywords: Miguel Cané. Oliveira Lima. Travel reports. Arielism. Liberalism.

Referências

BOTANA, Natalio. *La tradición republicana: Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1997.

CANÉ, Miguel. *Ensayos. En viaje*. Buenos Aires: Claridad, 1994.

HIRSCHMAN, Albert. *As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LASARTE VALCÁRCEL, Javier. República sin ciudadanos: historia y barbarie en Cesarismo democrático. In: ALTAMIRANO, Carlos (Org.). *Historia de los intelectuales en América Latina I: la ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

LIMA, Oliveira. *Impressões da América Espanhola (1904-1906)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

_____. *Revolução Pernambucana de 1817*. In: *Obra seleta*. Rio de Janeiro: INL, 1971.

MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001.

PAMPLONA, Marco Antônio. Una perspectiva “Arielista” entre los hombres públicos brasileños de fin de siglo: Joaquim Nabuco y Oliveira Lima. In: *Estados Unidos desde América Latina: sociedad, política y cultura*. México: Colegio de México, 1995.

ROMERO, José Luis. *El desarrollo de las ideas en la sociedad argentina del siglo XX*. Buenos Aires: A•Z Editora, 1998.

ROPER, Jon. *Democracy and its critics: Anglo-American democratic thought in the nineteenth-century*. London: Unwin Hyman, 1989.

SANTOS, Fábio Murici dos. *Os homens já se entendem em Babel: mito e história da América em Oliveira Lima, José Enrique Rodó e José Martí*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, mimeo.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Oliveira Lima: sua vida e sua obra. In: LIMA, Oliveira. *Obra seleta*. Rio de Janeiro: INL, 1971.

TERÁN, Oscar. *Vida intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880-1910): derivas de la “cultura científica”*. Buenos Aires: FCE de la Argentina, 2000.

_____. El 80. Miguel Cané. In: *Historia de las ideas en la Argentina: diez lecciones iniciales, 1810-1980*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2008.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIÑAS, David. *Literatura argentina y política I: de los jacobinos porteños a la bohemia anarquista*. Buenos Aires: Santiago Arcos Editor, 2005.

Recebido em: 27/02/2009

Aprovado em: 14/05/2009